



DESTAQUES

- **ARCABOUÇO FISCAL (PLP 93/23) E INSTAURAÇÃO DA CPMI 8 DE JANEIRO OCUPAM DEBATE LEGISLATIVO DESTA SEMANA**
- **NOVO DECRETO SOBRE ARMAS E MUNIÇÕES FOI APRESENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NESTA SEMANA**
- **PRESIDENTE DA CBTE É RECEBIDO PELA SECRETÁRIA NACIONAL DE ALTO DESEMPENHO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE**

CONGRESSO NACIONAL

A Câmara dos Deputados concluiu nesta quarta-feira (24) a votação do novo regime fiscal para as contas da União que vai substituir o atual teto de gastos. O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Claudio Cajado (PP-BA), para o Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/23, do Poder Executivo. A proposta será enviada ao Senado. Nas votações, o Plenário rejeitou todos os destaques apresentados pelos partidos na tentativa de mudar trechos do texto. Segundo o projeto aprovado, as regras procuram manter as despesas abaixo das receitas a cada ano e, se houver sobras de receitas, deverão ser usadas apenas em investimentos, buscando trajetória de sustentabilidade da dívida pública. Os critérios para a variação real (descontada a inflação) da despesa são fixados de forma permanente, sem depender do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como constava no texto original. Assim, a cada ano, haverá limites da despesa primária reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e também por um percentual do quanto cresceu a receita primária descontada a inflação. Cajado incluiu ainda a obrigatoriedade de o governo adotar medidas de contenção de despesas caso não seja atingido o patamar mínimo para a meta de resultado primário a ser fixada pela LDO.

O Congresso Nacional instalou nesta 5ª feira (25.mai.2023) a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do 8 de Janeiro – composta por congressistas de ambas as Casas. Na 1ª sessão, o deputado Arthur Maia (União Brasil-BA) foi eleito presidente e indicou a senadora Eliziane Gama (PSD-MA) para a relatoria do colegiado. Os congressistas devem dar um tom governista à comissão. Além dos 2, fazem parte da mesa da CPMI os senadores Cid Gomes (PDT-CE) e Magno Malta (PL-ES), como 1º e 2º vice-presidente, respectivamente. A eleição, no entanto, já foi alvo de embate entre os congressistas. Governo e oposição não chegaram a um acordo para a definição do presidente e relator. Durante a discussão, o senador Marcos do Val (Podemos-ES) questionou a proximidade de Eliziane com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino. No momento, houve bate-boca entre os congressistas. O senador Otto Alencar (PSD-BA), que por ser o congressista mais velho presidia a sessão de instalação, negou o pedido do congressista capixaba. Já o senador Esperidião Amin (PP-SC) criticou a criação da vaga de 2º vice-presidente.

A minuta de um novo decreto com novas regras sobre CACs — sigla para colecionadores, atiradores desportivos e caçadores —, que também prevê a redução da compra de armas por pessoa, deve ser entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta quinta-feira (25).

Segundo Dino, o material prevê a hierarquização dos CACs, de forma a reduzir o acesso de pessoas não qualificadas a armas de uso restrito, como fuzis, e também irá regular "de modo mais claro o que é um caçador, o que é um atirador esportivo, o que é um colecionador, visando impedir o caminho de fraudes", para assegurar um "controle responsável das armas".

"Armas nas mãos certas é o nosso lema, ou seja, obviamente com os profissionais de segurança e aqueles que preenchem os requisitos legais, é apenas isso que temos colocado", afirmou o ministro.

A fala ocorreu durante um evento do grupo LIDE, na Zona Sul de São Paulo, do qual também participou o Ministro da Defesa, José Múcio Monteiro.

No universo do tiro esportivo, entidades têm se mobilizado para defender e apoiar a modalidade. A Secretária Nacional de Esportes de Alto Desempenho do Ministério do Esporte, Marta Sobral, discutiu o tema com o presidente da CBTE, Jodson Edington, e o vice-presidente do Comitê Olímpico do Brasil (COB), Marco La Porta. Na oportunidade, Jodson entregou à Marta Sobral uma medalha comemorativa dos 100 anos das primeiras medalhas olímpicas do tiro esportivo nos Jogos de Antuérpia 1920 e lembrou da final do basquete feminino nos Jogos Pan-Americanos de Havana, em 1991.

"Eu estava lá como atleta da equipe de tiro esportivo e fui ver o jogo final que o Brasil venceu

Cuba e ganhou a medalha de ouro. Marta estava na seleção brasileira juntamente com Hortência, Paula e cia e recebeu a medalha das mãos do presidente Fidel Castro", contou Jodson.

"Agradeço por ela nos receber com tanto carinho e respeito e ouvir atentamente todas as dificuldades que estamos passando. É muito importante o apoio do Ministério do Esporte ao tiro esportivo e também na realização da Copa do Mundo em setembro no Rio de Janeiro", completou o dirigente, agradecendo ao apoio do COB na pessoa de seu vice-presidente Marco La Porta.

No encontro, Marta Sobral destacou que o tiro esportivo é uma das modalidades mais antigas e tradicionais, tendo concedido ao Brasil sua primeira medalha de ouro olímpica por meio de Guilherme Paraense, em 1920.

"A modalidade requer grande investimento em infraestrutura e equipamentos de alta qualidade. Por isso, estamos trabalhando em parceria para garantir que todos os atletas de alto desempenho tenham acesso aos recursos necessários para desenvolver suas habilidades e alcançar o sucesso, inclusive na classificação para os Jogos de Paris, em 2024".

A ISSF World Cup Rio de Janeiro 2023 será realizada de 12 a 19 de setembro em parceria entre o Ministério do Esporte e a CBTE, nas instalações do legado olímpico, o Centro Militar de Tiro Esportivo (CMTE), e contará ainda com aporte do Ministério de R\$ 1.500.000,00.